

O impasse na frente externa

ESTADO DE SÃO PAULO

Divida Ext
A negociação da dívida externa brasileira poderá encontrar obstáculos imprevisíveis se, como noticiamos, a disposição do Fundo Monetário Internacional de negociar um acordo com o Brasil ficar na dependência de um entendimento com os bancos privados. É que a estratégia das autoridades de Brasília, como é sabido, é primeiro acertar os ponteiros com o FMI, depois com o Clube de Paris e só então discutir com os credores privados em grupo ou isoladamente — como desejarem.

O programa econômico do governo Collor tem recebido o apoio explícito das autoridades com quem a professora Zélia Cardoso de Mello se avistou em sua viagem à Europa. É preciso ver, no entanto, que entre o apoio ao programa de estabilização e a concordância com a diretriz estratégica para a negociação da dívida externa estabelecida pelo governo brasileiro vai uma grande distância. É nesse intervalo que se situa a possibilidade, se não de um malogro, pelo menos de contratempos.

A diretriz geral traçada pelo

Ministério da Economia é simples: a preocupação maior não será, como no passado, gerar superávits na balança comercial para, com os dólares acumulados, pagar o serviço da dívida. A geração desses excedentes comerciais contribuiu, no passado, para acelerar o crescimento da inflação, na medida em que o Tesouro — honrando avais dados a empréstimos do setor público — tinha de emitir moeda para comprar os dólares ao Banco Central. Agora, o governo apenas pagará o serviço da dívida que puder ser coberto pelos cruzeiros existentes em função de correta política fiscal que gere superávits internos para adquirir dólares. Essa diretriz estratégica, que o secretário Antonio Kandir está transmitindo ao Fundo Monetário Internacional, coloca o pagamento da dívida externa (cujo peso maior, convém repetir, recai sobre o setor público) na dependência de superávits orçamentários. Diante da perspectiva da recessão, reconhecida por todos, ainda que não proclamada oficialmente, vê-se que as negociações, seja com o FMI, seja com o Clube

de Paris, seja com os bancos privados, serão difíceis.

Há outro aspecto a detalhar na política oficial brasileira: o Ministério da Economia está firmemente decidido a aceitar algumas das regras do jogo estabelecidas pela comunidade financeira internacional como um todo. As normas que o Brasil pretende seguir são simples: primeiramente, pagar-se-á o FMI, depois o Clube de Paris e agências governamentais ou multilaterais, e só depois os bancos privados. De certa forma, aproveitando-se de normas estabelecidas pelos credores, o governo pretende que os bancos privados sirvam de *lobby* em favor de um entendimento mais brando por parte do FMI no tocante ao problema brasileiro. Ora, esse é um dos pontos em que a diretriz estratégica do Ministério da Economia se chocará com a vontade dos bancos.

Em Paris, a ministra Zélia Cardoso de Mello deu a impressão de menosprezar esse tipo de contradição de interesses, bem como reafirmou não ter considerado da-

nosa para o País a reclassificação (negativa) da dívida brasileira por instituições norte-americanas. Cabe ressaltar, nesse quadro, que pela primeira vez em muitos anos o presidente do Citicorp deixou claro que, se não se chegar rapidamente a uma solução sobre o pagamento dos juros em atraso, as linhas de crédito de curto prazo poderão ser afetadas — com consequências danosas para o comércio exterior brasileiro e as filiais de bancos brasileiros no Exterior.

Sem dúvida alguma, se não há receitas orçamentárias capazes de permitir a compra das cambiais necessárias ao pagamento do serviço da dívida, esse pagamento, quando feito, tornar-se-á inflacionário. Do outro lado, se não se pagam os atrasados, corre-se o risco de ver prejudicado o esforço de liberalização do comércio exterior e do próprio desenvolvimento industrial, pela compreensível reação dos bancos. Apesar das dificuldades que apresenta, esse impasse tem de ser contornado o mais breve possível se se quiser resolver essa espinhosa questão.